

Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO DE
CABO VERDE

Autora: Ivdlizy Andreia Almeida Nunes

Orientador: César Augusto Tibúrcio Silva

Brasília – DF

2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo – Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana – Decano de Pesquisa de Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Góes Ellery Júnior – Diretor da Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos – Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva – Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e
Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPE e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva – Coordenadora de Graduação do curso de Ciências
Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes – Coordenador de Graduação do curso de Ciências
Contábeis – noturno

Ivdlizy Andreia Almeida Nunes

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO DE CABO
VERDE

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Brasília – DF

2014

IVDLIZY ANDREIA ALMEIDA NUNES

O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO EM
CABO VERDE

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Doutor César Augusto Tibúrcio Silva

Professor Examinador: Mestre Nair Aguiar de Miranda

Dedicatória

*Dedico este trabalho à minha Filha Emíline
Yslene Nunes Cabral, ao meu pai António de
Jesus do Rosário Nunes e à minha mãe
Georgina Silva Almeida.*

*Aos meus irmãos Dery Luís Almeida Nunes,
Darilaura Sílvia Almeida Nunes, Vadylene
Helena Almeida Nunes e Ivániza Patrícia
Cardoso Nunes.*

*Às minhas avós Silvestra Nunes e Laura
Silva e ao meu avô Luís Almeida. E a todos
que fazem parte da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por permitir que tudo isso acontecesse.

A Universidade de Brasília – UnB, pela oportunidade de fazer o curso, ao seu corpo docente, à direção e à administração.

Ao meu orientador César Augusto Tibúrcio Silva pela dedicação e paciência na orientação deste trabalho e pelas suas correções e incentivos.

A todos os meus professores pelos conhecimentos adquiridos através dos seus ensinamentos.

Aos meus pais, António de Jesus do Rosário Nunes e Georgina Silva Almeida, pelo amor e apoio incondicional que apesar das dificuldades da distancia, me fortaleceu.

A minha filha Emiline Yslene Nunes Cabral, e aos meus irmãos por entenderem todos esses momentos de ausência dedicados ao estudo superior. E o meu namorado Ivan Duarte pelo incentivo e força para seguir em frente com a elaboração do meu trabalho.

Aos meus primos e primas, em especial Alessandra Silva com o seu apoio incondicional que em muito me ajudou.

Aos entrevistados pelo tempo disponibilizado que contribuiu para a concretização deste trabalho, e em especial ao Senhor João Mendes pela disponibilidade e vontade de ajudar em qualquer momento nas informações extras, e do mesmo modo ao Senhor Amilcar Melo.

A Senhora Elizabeth Coutinho e seu Marido Senhor Carlos Coutinho pelo apoio dado na estadia em Santiago (Praia) durante o período das entrevistas e pela motivação durante a elaboração deste trabalho, que Deus abençoe o vosso lar.

A minha amiga Jocelinda Ferreira e seu Marido João Ferreira pela amizade e por tudo durante esse tempo que estive no terreno.

Às minhas amigas Kathleen Coutinho e Fabíolla Alves não só pela amizade e companheirismo, mas pela ajuda incondicional.

A todos os meus colegas e amigos da Universidade, pela amizade, troca de ideias e pelos bons momentos proporcionados.

A todos e todas não citados que de uma forma ou de outra deram o seu contributo para a realização deste trabalho.

A todos um muito obrigada!

RESUMO

O trabalho aqui apresentado abordará o novo sistema de normalização contabilística de Cabo Verde. A independência do País aconteceu em 1975, desde então a sua contabilidade foi estruturada uma única vez, com o Plano Nacional de Contabilidade em 1984. Com a adoção das normas internacionais de contabilidade no mundo e dada a necessidade de dispor um sistema que acompanhasse as evoluções mundiais e de implementar as normas internacionais surge um novo normativo, o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF. O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de harmonização contábil ocorrido em Cabo Verde desde a implantação do Sistema.

Baseado em entrevistas e pesquisa documental, ficou claro que Cabo Verde, ao contrário de alguns países, fez uma adaptação das normas internacionais, a realidade do país. Foram transpostas um total de 25 Normas de relato financeiro e uma Norma para pequenas empresas, em que na maioria das vezes uma norma corresponde a uma norma internacional e há casos em que ocorreu a fusão de várias normas.

A partir deste trabalho percebeu-se que a adoção do novo normativo foi um grande avanço no processo de normalização contábil em Cabo Verde.

Palavras-chave: Contabilidade. Normalização. Adoção e Implementação, Cabo Verde.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B. O. – Boletim Oficial

CE – Conselho da União Europeia

CNNC – Comissão Nacional de Normalização Contabilística

DL – Decreto Lei

EC – Estrutura Conceptual

GAAP – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos Estados Unidos

IASB – International Accounting Standarts Board

IFRS – International Financial Reporting Standards

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

NRF – Normas de Relato Financeiro

NRF-PE – Normas de Relato Financeiro para pequenas empresas

OPACC – Ordem dos Profissionais de Auditores e Contabilista Certificados

PNC – Plano Nacional de Contabilidade

PNCP – Plano Nacional de Contabilidade Pública

POC – Plano Oficial de Contabilidade

REPE – Regime para pequenas empresas

SCP – Sistema de Contabilidade Pública

SEC – Securities and Exchange Commission

SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Demonstração de Origem e Aplicação de Fundos	23
Tabela 1 – Quadro síntese de contas	27
Tabela 2 – Normas de relato financeiro	33
Tabela 3 – Visão comparativa do Plano atual VS antigo	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Características qualitativas das demonstrações financeiras	31
---	----

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
LISTA DE QUADROS E TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS.....	9
1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 A Contabilidade como Ciência Social	13
2.2 Harmonização	14
2.3 O Processo de Convergência em diferentes países	15
3. METODOLOGIA.....	18
4. DISCUSSÃO	19
4.1. Breve história de Cabo Verde.....	19
4.2. Normalização Contabilística	20
4.2.1. Criação do PNC.....	20
4.2.2. Processo de criação do SNCRF	25
4.4 – Comissão Nacional de Normalização Contabilística – CNNC	28
4.4.2 Estrutura Conceptual	29
4.5 Diferenças Comparativas do PNC – SNCRF	36
4.6 Inovações e Atualizações	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Em cada país existem características da própria contabilidade que as diferencia dos demais. Mas com o avanço da contabilidade e a evolução econômica internacional, necessita-se de uma linguagem que seja compreendida pela maioria dos países. Nesse caso, harmonização para diminuir as distâncias globais entre os países, facilitando assim a comunicação. A necessidade de harmonização contábil é decorrente da constatação da existência de práticas nesta área que variam em cada país (ALMEIDA, 2009).

Nos últimos anos, o *International Accounting Standards Board* (IASB) tem feito um esforço para aprovar padrões de reporte financeiro que sejam passíveis de serem adotados em escala mundial. O processo de adoção das normas do IASB é lento e demorado, uma vez que cada país irá incorporar as novas normas. Neste sentido, é importante o estudo de como a adoção está ocorrendo em diferentes países do mundo, visando entender as principais dificuldades, o papel da cultura e dos agentes econômicos, o grau de adesão às normas, entre outros aspectos.

Assim, a seguinte pergunta determina o problema desta pesquisa: a adoção e implementação das normas contábeis internacionais em Cabo Verde contribuíram para um avanço da contabilidade nacional?

O estudo do processo de harmonização da contabilidade em diferentes países é realizado através da análise das experiências ocorridas. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de adoção e implementação das normas contábeis internacionais em Cabo Verde.

A proposta deste trabalho é estudar a harmonização contábil ocorrida em Cabo Verde com as normas emanadas do IASB. Cabo Verde um país que foi, no passado, colônia de Portugal. Além disto, é um país que devido a estabilidade política últimos anos, tem sido procurado por entidades estrangeiras com propósito de investimento. Isto inclui dotar o país de regras contábeis que sejam acessíveis para o usuário, o que no caso de Cabo Verde significa a adoção de normas internacionais. Desde sua independência, em 1975, Cabo Verde reestruturou sua contabilidade através do Plano Nacional de Contabilidade – PNC, em 1984. Recentemente, com a decisão de implantar as normas internacionais de contabilidade do IASB surge um novo normativo, o SNCRF, que substitui o PNC, a partir de 2008.

O estudo do processo de adoção das normas internacionais de contabilidade por parte de Cabo Verde se justifica pela necessidade de estudar os efeitos da harmonização contábil em diferentes países. Assim como pela necessidade de estudos sobre o novo sistema contábil do

país que praticamente não se tem pesquisas sobre o assunto, que pode ser relevante para entendermos algumas controvérsias entre a legislação e o que realmente acontece e do progresso do sistema. Além disto, por ser um país lusófono, o estudo das normas contábeis em Cabo Verde pode ser importante em decorrência da existência de uma terminologia contábil que possui algumas diferenças daquela adotada no Brasil. O estudo também é relevante já que mostra como o processo de colonização pode ainda ter influência sobre as normas contábeis de um país. Finalmente, o estudo permitirá verificar os efeitos ocorridos em Cabo Verde em relação ao novo normativo que entrou em vigor há pouco mais de cinco anos.

A escolha de Cabo Verde como estudo de caso decorre do conhecimento do sistema contábil daquele país e do acesso aos principais atores deste processo. A escolha de outro país para estudar o processo de convergência poderá enriquecer as pesquisas realizadas sobre o próprio processo de convergência ocorrido no Brasil.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de harmonização contábil ocorrido em Cabo Verde. O trabalho está estruturado em cinco partes. Após a introdução, tem-se uma discussão sobre o papel da contabilidade e a questão da harmonização. Em seguida, a metodologia do trabalho. No quarto item, estuda-se o processo de criação das normas e as fases de normalização contábil de Cabo Verde. E para melhor compreensão do conteúdo do tema em estudo fez-se um breve apanhado do novo normativo, com possíveis discussões. E para finalizar são apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade como Ciência Social

Seja qual for o ramo de conhecimento que, pela sua evolução, tenha vindo a constituir um corpo a que se dê o nome de ciência ou técnica, é sempre difícil dar dele uma definição sintética. De fato, por muito bem elaborada que seja uma definição deste tipo, há sempre a probabilidade de que ela omita alguns dos aspectos característicos do ramo de saber que se estuda, ou que englobe aspectos que também são objeto de estudo de outras ciências ou técnicas. Isto acontece porque a realidade é só uma e complexa e, afinal, todas as ciências não são mais do que partes do que o homem conhece sobre o meio em que vive e sobre ele próprio. (COSTA e ALVES, 2013)

A contabilidade está estruturada para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. (MARION, 1998). Assim, trata-se de uma ciência que tem por principal objetivo fornecer informações úteis a seus usuários. A relação da contabilidade com a informação e a decisão é bastante antiga. Evidências arqueológicas mostram que o ato de contabilizar eventos é tão antigo quanto a escrita.

Segundo PFALTZGRAFF (1966), a contabilidade é uma ciência que estuda o patrimônio, acusando as suas constantes mutações econômicas e demonstrando pelas análises estáticas e dinâmicas as situações patrimonial e financeira do proprietário. A contabilidade está confiada a delicadíssima tarefa de representar, no dia a dia, não só a história da vida patrimonial traduzida em números, mas também o inteiro desenvolvimento dos fenômenos por meio dos quais essa mesma vida se manifesta; nela se tem o espelho veraz e constante dos direitos e obrigações do administrador e dos resultados econômicos de cada exercício.

GUIMARÃES (2001) afirma que a contabilidade é um instrumento de informação, com a sua utilização, as pessoas passam a conhecer toda a estrutura econômico-financeira das entidades.

O mesmo reforça ainda que, a contabilidade, através de registros, acumula e resume os dados relacionados com o patrimônio das empresas e entidades com fins lucrativos ou não facilitando sua interpretação. Neste sentido, a contabilidade preocupa-se não só com o desenho do sistema dos registros, mas também com a preparação de relatórios baseados nos dados, além da interpretação dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos da empresa (COSTA e ALVES, 2013).

Donde se conclui que a contabilidade é vasta, encontrando-se diversas definições de diferentes autores. Mas para que se tenha uma visão comparável das informações fornecidas pela contabilidade, essas têm que seguir por normas ou mesmo procedimentos únicos. Com isso a necessidade da normalização contábil.

A normalização contábil, assim como a própria contabilidade, tem sofrido um processo constante de evolução; mas também tem se mostrado como totalmente influenciável, e deveras influenciada, pela cultura, pela economia, pelo pensamento jurídico, pelo poder, pelos interesses em jogo, etc. (MARTINS; MARTINS e MARTINS, 2007). Já segundo BORGES; RODRIGUES e ROGRIGUES (2002), normalizar refere-se a criação de uma metodologia comum, a ser seguida pelas unidades econômicas com a finalidade de obter a comparabilidade das informações interunidades, a universalidade pelos diversos agentes econômicos.

Dentre os vários ramos, um vem se destacando nos últimos anos: a Contabilidade Internacional. Isto decorre do avanço na integração dos mercados financeiros nacionais que hoje é uma realidade. (MACIEL ET AL, 2011)

Mas Almeida (2009) afirma a contabilidade não é matemática ou qualquer outra ciência exata. É uma disciplina que se insere no ramo das ciências sociais e que se vai ajustando ao tipo de informação que a sociedade deseja obter das empresas. Nesta perspectiva, as normas contabilísticas de determinado país podem ser influenciadas por uma multiplicidade de fatores.

2.2 Harmonização

Conforme esclarece Niyama e Silva (2011), o termo harmonização é usado para discutir a adequação de normas de diferentes países visando a sua comparabilidade. É necessário diferenciar o termo harmonização da padronização. A harmonização procura fazer com que as normas não sejam padronizadas, mas sim harmônicas de modo que todos os balanços tenham características do próprio país. Já a padronização indica que os procedimentos contábeis são os mesmos. Niyama (2009) afirma que a harmonização é um processo que tem por objetivo preservar as particularidades inerentes de cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países. Esta reconciliação visa melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas, enquanto padronização é um processo de uniformização de critérios, não admitindo flexibilização.

Com a instalação de empresas de um país noutro veio a tentativa de harmonizar as normas contábeis dos diferentes países de modo a aproximá-los, pois é bastante difícil comparar as demonstrações financeiras dessas empresas obtidas em territórios diferentes. Niyama (2009) afirma que, em uma forma geral, tanto em termos de empresas, quanto de entidades profissionais, clientes ou instituições de ensino, há um consenso favorável para uma harmonização de padrões contábeis. Esta harmonização facilita a comunicação e contribui para reduzir as diferenças internacionais no *financial reporting*, permitindo a comparabilidade das informações.

Dessa forma, visando minimizar as divergências internacionais e facilitar a comunicação e comparação das informações contábeis, existe um certo consenso entre os diversos envolvidos em apoiar a harmonização dos procedimentos contábeis (NIYAMA 2007, apud GUIMARÃES e PALÚCIO, 2011). Isto representa um esforço e ao mesmo tempo um desafio para as diversas economias no sentido de produzir informações contábeis comparáveis e com alta qualidade. Inicialmente este foi o caso da União Europeia em utilizar os IFRS (*International Financial Reporting Standard* – Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros) desde 2005. (ROGRIGUES, 2012)

O atual cenário de globalização econômica, com as empresas atuando nos mercados de diversos países, favorece a busca pela harmonização dos diferentes modelos contábeis. (FREIRE; MACHADO; MACHADO; SOUZA e OLIVEIRA, 2012)

2.3 O Processo de Convergência em diferentes países

A aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia relativo à aplicação das IFRS às contas consolidadas das empresas, dos Estados membros a partir do dia 1 de Janeiro de 2005, contribuiu para uma das maiores mudanças no relato financeiro provocando interesse por parte dos gestores, investidores e organismos de normalização, entre outros, de analisar o impacto da aplicação do normativo internacional nas contas das empresas. (ALFAIATE, 2012, p.9-10)

Com o apoio da União Europeia e da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*), o IASB deu um grande passo para a convergência mundial das normas contábeis. A implementação das normas veio com a decisão do Parlamento Europeu, de que a partir do exercício de 2005, as empresas com ações listadas nas bolsas de valores dos países

da União Europeia divulgassem as demonstrações contábeis de acordo com as IFRS. (MIRANDA, 2008). E como isso, vários foram os estudos realizados a fim de verificar os impactos provenientes do novo padrão contábil naquela região. (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012)

Calixto (2009) analisou os impactos da adoção do IFRS em países Europeus, através de pesquisa bibliométrica. Foram analisados 76 artigos e quatro dissertações. Mas especificamente até o presente ano, as pesquisas relacionadas a impactos da adoção do IFRS ainda eram limitados. Já Silva e Nakao (2011) fizeram um estudo sobre a adoção pela primeira vez de IFRS por empresas europeias de setores e sistemas jurídicos diferentes. Foi selecionado um total de 26 empresas, 10 do setor de alimentos e 16 do setor de construção civil. Constatando que as empresas estudadas não estão 100% de acordo com a IFRS 1, apresentando níveis de evidenciação obrigatória não adequados.

Em 2007 países como Brasil, Canadá, Chile, Israel e Coréia, já estabeleciam um cronograma para adoção das IFRS, sendo que nesse período mais de cem países já exigiam ou permitiam o uso de IFRS's. (IFRS, 2013).

No Brasil a adoção ocorreu com a regulamentação da lei 11.638/07. O processo da convergência tendo início em 2008 e sendo concluído em 2010, trouxe vantagens às empresas brasileiras, tais como informações de melhor qualidade para acionistas; comparabilidade contábil com companhias de 180 países; redução da complexidade e erros contábeis, entre outros. (SANTOS, 2011). A partir do exercício de 2008 todas as empresas poderiam optar pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o padrão internacional, e, em 2010, deveriam adotar obrigatoriamente estas instruções (THOMAZ; ROJAS; ALBERTON; LOPES, 2013, p.7). A obrigatoriedade começou nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 ou após esta data. (BARBOSA, 2012)

Na década de 1990, iniciou-se o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Uruguai. Em 2004, veio a aprovação por parte do governo para aplicação de todas as normas emitidas pelo IASB, e logo em 2007 orientou pela adoção integral das normas internacionais de informação financeira do IASB. Já na Venezuela a emissão das normas ficou a cargo da Federação de Contadores Públicos da República Boliviana da Venezuela, em que ficou definida a adoção destas, só a partir de 2008, pelas grandes entidades, e em 2011 para as demais entidades. (THOMAZ; ROJAS; ALBERTON; LOPES, 2013)

No caso de Canadá, os autores Blanchette, Racicot e Sedzro (2013), fizeram um estudo sobre a adoção das IFRS no Canadá, na visão de uma análise empírica do impacto nas demonstrações financeiras. Usaram uma amostra de 150 empresas listada na TSX (Bolsa de Toronto), em que constataram que a comparabilidade das demonstrações financeiras canadenses internacionais pode melhorar, sendo que muitos países já adotam os IFRS. Mas por outro lado, encontra-se uma série de armadilhas para os analistas financeiros e outros usuários das demonstrações contábeis. De modo geral a adoção no Canadá das normas internacionais apresentou impactos visíveis nas demonstrações financeiras das empresas.

Nos Estados Unidos, muito se vem discutindo sobre as normas internacionais de contabilidade. Em 2008, já sentiam que a transição para as IFRS levaria anos para ser concluído, um esforço complexo. E não só, no final de 2008, sem qualquer decisão ou data certa para adoção das IFRS, percebiam que se isso não acontecesse em tempo hábil os próprios mercados de capitais correriam riscos de serem menos competitivos numa economia mundial, uma vez que vários países já permitiam ou exigiam as IFRS. No ano passado, constatou-se que enquanto a atenção da *Securities and Exchange Commission* (SEC) está voltada toda para as normas locais GAAP, as normas IFRS, que de um jeito ou de outro estão atingindo as empresas americanas, continua a convergir. (Wells, 2013).

3. METODOLOGIA

Como método de coleta de dados, tentou-se em primeira mão um questionário que seria aplicado aos profissionais de Cabo Verde da área de contabilidade. Este questionário teria como objetivo verificar como foi o processo de transição de um sistema contábil para o outro e como isto afetou a maneira de atuar profissionalmente. Este questionário da pesquisa continha questões abertas e fechadas. E para elaboração desde fez se um estudo em documentos relacionados ao tema e de algumas dúvidas quanto ao processo de adoção do novo sistema na área profissional.

Mas a aplicação deste questionário não teve o sucesso esperado em razão da falta de respostas de aceitação. Foram encaminhados 37 questionários e foram obtidas apenas três respostas ou 8,10%. O baixo nível de resposta foi creditado em princípio talvez por falta de disposição ou de não querer ceder informações para uma instituição internacional. Portanto pode se creditar esse baixo nível a motivos desconhecidos.

Mesmo assim, foram realizadas entrevistas que ajudaram na elaboração deste trabalho. O roteiro encontra-se disponível no Apêndice A. Antes da aceitação das entrevistas que deram rumo ao trabalho, foram contatadas empresas com objetivo de ter um estudo em específico numa delas, mas estes não deram retorno. Assim veio o plano de focar no órgão regulador das profissões de auditores e contabilistas de Cabo Verde. A entrevista foi feita no período de Fevereiro de 2014 com o Presidente da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde, Mestre João Marcos Alves Mendes, que é também o fundador da empresa Auditec – Sociedade de Auditores Certificados, Lda., além de sócio e consultor da empresa Contec – Sociedade de Contabilistas Certificados, Lda. Também foram entrevistados funcionários das duas empresas antes mencionada (Auditec e Contec). Foi um total de oito entrevistados entre contabilistas e auditores. O roteiro da entrevista foi flexível, com questões referentes ao objetivo proposto do trabalho.

As entrevistas foram fundamentais para o entendimento do processo de transição. Além disto, permitiu esclarecer os aspectos que não estão descritos na legislação.

Além da entrevista houve uma vasta pesquisa documental, onde se baseou em dois métodos: o método analítico usado na parte prática com base em entrevistas; e o método descritivo para descrever os conceitos, o processo criação das fases de normalização contábil de Cabo Verde, para tal vai se fazer uma análise bibliográfica e pesquisas na internet sobre o tema em foco.

4. DISCUSSÃO

4.1. Breve história de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é um arquipélago formado por 10 ilhas de origem vulcânicas (sendo 9 habitadas) e alguns ilhéus (pequenas ilhas que não são habitadas), localizado no Oceano Atlântico, aproximadamente 645 km da costa ocidental da África, Senegal. As ilhas se dividem em dois grupos: Barvalento e Sotavento. Ao norte, o grupo Barvalento integrando as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boavista, e ao sul, o grupo Sotavento integrando as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

O arquipélago de Cabo Verde tem uma área total de 4.033 km². As águas territoriais de Cabo Verde ultrapassam os 600 mil km², uma área muitíssimo superior à dimensão do arquipélago. É um potencial de riquezas inesgotável. (portondinosilha, 2014)

A primeira ilha descoberta foi a ilha de Boa Vista, nome dado pelos portugueses em consequência do longo tempo que permaneceram no mar, sem nenhuma referência de terra. Em seguida, foram chegando às outras ilhas, cujos nomes são de santos correspondentes aos dias nos quais aportaram. Assim eles chamaram Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago. A ilha do Sal assim foi denominada por causa das grandes salinas existentes. A ilha de Maio por que chegaram no mês de Maio; Fogo, por ter um vulcão, que se supõe estar em atividade, no momento da chegada dos descobridores. A ilha Brava, assim foi denominada, por causa do aspecto, um tanto quanto hostil. Como o arquipélago era desabitado, os portugueses deram início ao povoamento. Foi povoado por arquipélagos nativos da costa ocidental da África, genoveses e portugueses. (portondinosilha, 2014)

As maiores ilhas são a de Santiago, a sudeste, onde se situa Praia, a capital do país, e a ilha de Santo Antão, no extremo noroeste. Praia é também o principal aglomerado populacional do arquipélago, seguido por Mindelo, na ilha de São Vicente. (guiadecaboverde, 2014)

Na questão histórica do descobrimento de Cabo Verde, há quem relata que o arquipélago tenha sido alcançado em 1456 por Diogo Gomes, a serviço do Infante D. Henrique. Outros autores atribuem o comando da primeira expedição ao veneziano Alvise Cadamosto, em 1460, ano da morte do Infante. Recentemente, entretanto, tem-se afirmado a prioridade do genovês António da Noli ainda em vida do Infante. (Wikipédia, 2014)

4.2. Normalização Contabilística

4.2.1. Criação do PNC

O governo de Cabo Verde, após a independência em 1975, sentiu a necessidade de aumentar as receitas do Estado, e com o objetivo de uma melhor eficiência na economia, foi instituído o Plano Nacional de Contabilidade – PNC que era resultado de uma adaptação “quase cópia” do Plano Oficial de Contabilidade – POC de Portugal de 1977, ou mesmo uma “adaptação grosseiras” do POC, com bem relata um dos Entrevistados (2014). Mas mesmo antes de adotarem o plano, o próprio Estado já preparava as empresas para a aplicação deste, de modo a melhorar o desenvolvimento do produtivo do Estado.

O PNC foi aprovado pelo Decreto lei n° 4/84 de 30 de Janeiro, que “tinha como objetivo adaptar aos condicionalismos nacionais normas de contabilidade internacionalmente aceites” (B.O. n°5 de 2008, p.62), aplicada a todas as empresas públicas, mistas, privadas, com exceção das com natureza e forma específica de organização, como é o caso dos seguros e previdência social. O PNC abrangia a contabilidade geral e análise de resultados por funções e natureza. Segundo entrevista realizada em 2014, temos que:

O PNC, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1984, era pouco mais que um quadro de contas, a explicação do conteúdo de cada conta, as regras de movimentação de algumas contas ou apuramentos específicos e os modelos das demonstrações financeiras (balanço; demonstração dos resultados; mapa de variação dos elementos do ativo circulante; e mapa de origem e aplicação de fundos). (Entrevistado 1)

O plano era simples e bastante limitado, pois continha na sua estrutura um plano de contas, as demonstrações financeiras e as notas de código das contas. No final de cada exercício social, dependendo da atividade da empresa, encontrava as demonstrações financeiras a seguir:

- Balanço Sintético.
- Balanço Analítico.
- Demonstração de Resultados Líquidos
- Demonstração de Resultados Extraordinários do Exercício.
- Demonstração de Resultados de Exercício Anteriores.
- Demonstração de Resultados por Funções.
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos.

Para melhor entendimento, cabe definir demonstração financeira em si e cada demonstração apresentada acima em específico. Segundo o Boletim Oficial da República de Cabo Verde (2008, p.34), as demonstrações financeiras, são:

(...) uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras de finalidade gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiados (...)

Balanço Sintético e Analítico

Segundo OLIVEIRA, (apud Silva, 2005) o Balanço Sintético é a mera expressão da relação existente entre o Ativo e o Passivo e o Capital Próprio; já o Balanço Analítico nos mostra com mais ou menos pormenor a composição do Ativo e do Passivo e o Capital Próprio.

Demonstração de Resultados Líquidos

Enquanto a este tipo, segundo informações do Ministério das Finanças (2014):

Transferem-se para esta conta os saldos finais das contas 81, 82 e 83. Subseqüentemente, e se for caso disso, lança-se a débito, por contrapartida da conta 28 <<Provisões para impostos sobre os lucros>>, a verba calculada para esse fim, tendo em consideração os resultados apurados e o regime fiscal vigente.

As contas 81, 82 e 83 pertencem ao Resultado, a conta da classe 8, que são, resultados correntes do exercício, resultados extraordinários do exercício e resultados de exercícios anteriores, respectivamente.

Na mesma linha de pensamento da fonte anterior:

No exercício seguinte, a conta é movimentada pela aplicação de lucros ou cobertura de prejuízo que foi determinada pelo órgão competente.

No caso de, até ao fim desse exercício, ainda permanecer algum saldo, este deverá ser transferido para a conta 59 <<Resultados transitados>>.

Demonstração de Resultados Extraordinários do Exercício

Diz respeito a valores meramente ocasionais ou eventuais, daí o interesse da sua medida, em separado, porquanto afetando a economicidade da empresa é, em regra imprevisível e aleatório. (BORGES; RODRIGUES; RODRIGUES, 2002, p. 754)

Neste tipo de demonstração encontra-se as contas da classe 6 e classe 7 correspondente a “custos e perdas” e “proveitos e ganhos” respectivamente. Segundo B.O. (2006, p7):

Classe 6: Custos e Perdas – registram-se todos os empobrecimentos brutos e ou líquidos, ordinários e ou extraordinários, associados ao funcionamento da entidade, reconhecidos quando incorridos, independentemente dos pertinentes pagamentos.

Classe 7: Proveitos e Ganhos – registram-se nesta Classe todos os enriquecimentos brutos e ou líquidos, ordinários e ou extraordinários, associados ao funcionamento da entidade, reconhecidos quando ocorridos, independentemente dos pertinentes recebimentos.

Demonstração de Resultados de Exercícios Anteriores (DREA)

Este tipo de demonstração corresponde ao resultado da entidade que, integra os custos suportados e os proveitos obtidos no exercício, bem como as respectivas anulações que correspondem a exercícios anteriores. (MINISTÉRIO das FINANÇAS, 2014)

Demonstração de Resultados por Funções

Neste caso, os resultados são apurados por via das classes 6 e 7 (contas de resultado); discriminam-se os seus componentes positivos e negativos por origem ou afetação e, em particular, de acordo com as funções empresariais (produção, comercial, administrativa, financeira, etc.). (BORGES; RODRIGUES; RODRIGUES, 2002, p.759).

Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

Segundo Infopedia (MOAF, 2014):

O MOAF – Mapa de Origem e Aplicação de Fundos (denominado por DOAF – Demonstração de Origem de Aplicação de Fundos, a nível do POC) é um dos mapas financeiros mais importantes e utilizados na contabilidade e na análise financeira de empresas. O MOAF representa um conjunto de fluxos de carácter monetário verificado numa determinada empresa e num determinado período. O principal objetivo do MOAF é a compreensão das razões dos aumentos e diminuições do fundo de maneo (relação entre o ativo circulante e o passivo circulante) num determinado período.

Quanto ao modelo baseado no POC, referimos a seguir:

Quadro 1 – Demonstração de origem e Aplicação de Fundos

Origem dos fundos			Aplicações dos fundos		
Internas:			Distribuições:		
Resultado líquido do exercício	+/- x		Por aplicação de resultados	x	
Amortizações	x		Por aplicação de reservas	x	
Variação de provisões	+/- x	+/- x			
Externas:			Diminuições dos capitais próprios:		
Aumentos dos capitais próprios:			Diminuições de capital e de prestações suplementares		x
Aumentos de capital e de prestações suplementares	x		Movimentos financeiros a médio e longo prazo:		
Aumentos de prêmios de emissão e de reservas especiais	x		Aumentos de investimentos financeiros	x	
Cobertura de prejuízos	x	x	Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo	x	
			Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazo	x	x
Movimentos financeiros a médio e longo prazo:			Aumentos de imobilizações:		
Diminuições de investimentos financeiros	x		Trabalhos da empresa para ela própria	x	
Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo	x		Aquisição de imobilizações	x	x
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo	x	x			
Diminuições de imobilizações:					
Cessão de imobilizações (pelo valor contabilístico líquido)		x			
Diminuição dos fundos circulantes		x	Aumento dos fundos circulantes		x
		x			x

Fonte: Borges, António; Rodrigues Azevedo; Rodrigues Rogério – elementos de contabilidade geral. (2002, p.733)

Como bem foi mencionado anteriormente, o PNC foi resultado de uma adaptação, praticamente uma cópia do POC. A seguir desdobremos sobre o plano de contas segundo PNC. O plano de contas era composto por

- Disponibilidades
- Terceiros
- Existências
- Imobilizado
- Capital, Reserva e Resultados Transitados
- Custos
- Proveitos
- Resultados

Cada conta corresponde a uma classe, especificada de 1 – 8. As contas de Existências, que corresponde aos “estoques” no Brasil, indicam a classe 3 enquanto que Proveitos, que corresponderia as “receitas”, a classe 7.

Segundo o B. O.:

Classe 3: Existências, nesta classe registram-se essencialmente os bens circulantes armazenáveis, devendo-se aplicar um dos 3 subsistemas de inventário permanente descritos pelo PNCP. A título excepcional, o Serviço da Contabilidade Pública poderá autorizar a uma determinada entidade a adoção do sistema de inventário intermitente ou periódico, desde que paralelamente tenha um sistema fiável de controlo físico e administrativo das existências e estas não sejam materialmente relevantes. (2006, p. 7)

Classe 7: Proveitos, registram-se nesta classe todos os enriquecimentos brutos e ou líquidos, ordinários e ou extraordinários, associados ao funcionamento da entidade, reconhecidos quando ocorridos, independentemente dos pertinentes recebimentos. (2006, p.7)

Plano Nacional de Contabilidade Pública – PNCP

O PNCP foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2006 artigo 1º. E pelo artigo 2º da mesma lei, este é obrigatoriamente aplicável:

Ao Estado; aos municípios, institutos públicos ou equiparados e fundos públicos ou equiparados; e as demais instituições criadas pelas entidades especificadas

anteriormente, desde que tenham dinheiro em caixa e ou em depósito no banco ou tesouro, e não tenham a natureza, forma e designação de empresa pública.

E ainda é “obrigatoriamente aplicável às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos que disponham de receitas maioritariamente pública”. (B. O. 2006, p. 2). Mas este efetivamente nunca entrou em vigor, por razões que se desconhece ninguém o aplica.

(...) as entidades do setor público estatal e local, em princípio, deviam utilizar o PNCP, publicado em 2006, com um quadro de contas e diversas regras para aplicação do mesmo plano e para o tratamento contábil das operações dessas entidades mas que, efetivamente, nunca entrou em vigor. As Câmaras Municipais, Institutos Públicos e outros Organismos Autônomos do Estado vêm sendo obrigados a regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas, que continua a lhes exigir a apresentação de contas com base no regime de caixa, com informações e quadros complementares (...) (Entrevistado 1)

4.2.2. Processo de criação do SNCRF ¹

O SNCRF é o normativo em vigor atualmente em Cabo Verde, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n° 5/2008 de 4 de Fevereiro de 2008, em substituição do PNC aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/84 de 30 de Janeiro.

Baseado na lei da aprovação, o novo normativo tem como objetivo:

- Acompanhar os desenvolvimentos internacionais com relação à informação financeira, visando a evolução do sistema fiscal, bem como modernizar o tecido econômico e o mercado de capitais do país;
- Melhorar a qualidade das demonstrações financeiras das empresas e o relato financeiro;
- Transpor NRF para o direito interno, normas adaptadas das Normas Internacionais da Contabilidade e NRF emitidas pelo *International Accounting Standard Board*.

O SNCRF entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009. Isto significa que Cabo Verde teve somente um ano entre a aprovação da lei e a entrada em vigor do SNCRF.

É baseada nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e na estrutura conceptual do IASB, transpondo 25 normas do relato financeiro e uma norma para pequenas empresas (NRF – PE). Mesmo sendo obrigatório para várias entidades, não é de aplicação geral até então,

¹ Fonte: Decreto-Lei N° 5/2008, de 4 de Fevereiro

uma vez que se aplicam planos de contabilidade específicos para setores tais como setor financeiro, previdência social e bancário e segurador.

O atual sistema é composto, de acordo com o DL nº5/2008 do anexo I, pelos seguintes instrumentos:

- Estrutura Conceptual (EC)
- Normas de Relato Financeiro (NRF)
- Regime Especial para Pequenas Entidades (REPE)
- Normas Interpretativas (NI)
- Códigos de Contas (CC)

No artigo 5º do referido decreto trata das Pequenas Entidades. Estas estão isentas de apresentar algumas dessas demonstrações (demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa), mas como adicional podem apresentar uma Demonstração dos Resultados por Funções.

Com o novo normativo em vigor, surgem efeitos nas empresas nacionais, uma vez que este em nada tem haver com o PNC que permaneceu ativo em mais de duas décadas.

Os principais afeitos foram a convergência com as normas aplicadas noutros países; a aplicação de critérios de mensuração mais adequados, nalgumas situações; melhor revelação dos resultados e da posição financeira das empresas, em virtude da obrigatoriedade de determinadas divulgações no anexo, etc... Como os regulamentos fiscais não foram alterados simultaneamente às alterações nas regras de contabilização de determinadas operações (v.g. critério de apuramento de resultados na atividade de construção civil, revalorização de bens através da aplicação do critério de justo valor, etc.) as empresas vem defrontando situações de conflito com o fisco, que vem pretendendo aplicar impostos, por exemplo, sobre as mais valias potenciais resultantes das revalorizações que são efetuadas, utilizando o critério do justo valor. (Entrevistado 1)

Apesar de o tecido empresarial Cabo-verdiano ser constituído na sua maioria por pequenas e micro empresa, com a uniformização da apresentação das contas, acredita-se que as empresas Cabo-verdianas tornaram-se mais competitivas e atualizadas face às outras empresas internacionais, mesmo as de grande dimensão. (Entrevistado 2)

(...) Tendo em linha de contas os pressupostos do novo normativo, as empresas nacionais passaram a apresentar demonstrações financeiras de tal modo que proporcionam uma melhor qualidade de relato financeiro que já não estava ao alcance do PNC, atendendo à diversidade e complexidade das operações. (Entrevistado 3)

Alem da mudança da contabilidade baseada em regras para princípios com a introdução das normas o que provocou uma mudança na maneira de fazer o trabalho, o principal efeito que se pode sentir é na elaboração dos mapas das demonstrações financeiras, principalmente para a produção do flux de caixa e do anexo. O anexo passa a ter um papel relevante nas demonstrações financeiras levando a empresa a

despender muito tempo na sua preparação para poder satisfazer os critérios de divulgações nas normas, ao contrario do que se passava anteriormente em que o anexo era praticamente um documento residual. (Entrevistado 4)

O quadro síntese de contas do SNCRF é estruturado da seguinte maneira:

Tabela 1 – Quadro Síntese de Contas

1. MEIOS FINANCEIROS	2. CONTAS A RECEBER E A PAGAR
11 Caixa 12 Depósitos á ordem 13 Outros depósitos 14 Outros depósitos bancários	21 Clientes 22 Fornecedores 23 Financiamentos obtidos 24 Estado e outros entes públicos 25 Acionistas/sócios 26 Outras contas a receber e a pagar 27 Pessoal 28 Diferimentos 29 Provisões
3. INVENTÁRIOS	4. INVESTIMENTOS
31 Ativos biológicos 32 Mercadorias 33 Produtos acabados e intermédios 34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos 35 Produtos e trabalhos em curso 36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 37 Outros produtos de consumo	41 Investimentos financeiros 42 Propriedades de investimento 43 Ativos fixos tangíveis 44 Ativos intangíveis 45 Investimentos em curso 46 Ativos não correntes detidos para venda
5. CAPITAL PRÓPRIO	6. GASTOS
51 Capital 52 Ações (quotas) próprias 53 Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio 54 Prêmios de emissão 55 Ajustamentos em ativos financeiros 56 Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis 57 Outras variações no capital próprio 58 Reservas 59 Resultados	61 Gastos com inventários vendidos e consumidos e variação de produção 62 Fornecimentos e serviços externos 63 Gastos com o pessoal 64 Gastos de depreciação e de amortização 65 Perdas por imparidade 66 Perdas por reduções de justo valor 67 Provisões do período 68 Outros gastos 69 Perdas de financiamento
7. RENDIMENTOS	

71 Vendas	
72 Prestações de serviços	
73 Trabalhos para a própria entidade	
74 Subsídios à exploração	
75	
76 Reversões	
77 Ganhos por aumentos de justo valor	
78 Outros rendimentos	
79 Ganhos de financiamento	

Fonte: Rui M. P. Almeida – O sistema de normalização contabilística e de relato financeiro. (2009, p.21)

É importante destacar que o termo Gastos, usando em Cabo Verde, corresponde no Brasil as despesas. Que segundo B. O. n°48/2008:

gastos são diminuições nos benefícios econômicos durante o período contábilístico na forma de exfluxos ou deprecimentos de ativos ou na incorrencia de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio. (2008, p.29)

4.4 – Comissão Nacional de Normalização Contabilística – CNNC ²

A CNNC é aprovada pelo Decreto-Lei n° 43/2008 de 1 de Dezembro. É uma entidade chave, indispensável na implementação do SNCRF para Administração Privada, e não só, também na implementação do novo Sistema de Contabilidade Pública (SCP), onde inclui o PNCP para Administração Financeira Pública. É uma entidade independente, e que no âmbito do Ministério das Finanças funciona administrativamente e financeiramente.

A comissão tem como objetivo: acompanhar os desenvolvimentos havidos nas diretivas internacionais relacionadas à qualidade da informação financeira, tendo como objetivo principal a asseguaração da aplicação do SNCRF, emitir normas e estabelecer procedimentos contábilísticos harmonizados.

De entre as atribuições da Comissão, será apresentado algumas dessas, segundo o artigo 2° do Decreto-Lei (DL):

- Apresentar propostas de alteração do SNCRF;
- Elaborar projetos que impliquem alterações, aditamentos e normas interpretativas do SNCRF;
- Responder a consultas efetuadas por serviços públicos, associações profissionais e associações empresariais, relativas à aplicação ou interpretação do SNCRF

² Fonte: informações disponíveis no Decreto-Lei N° 44/2008, de 1 Dezembro.

No artigo 3º do Decreto-Lei, a CNNC é composta pelas seguintes instituições com os respectivos números de representantes:

- Área das finanças, que preside; (1)
- Inspeção geral das finanças (1);
- Direção geral das contribuições e impostos (1);
- Instituto nacional de estatística (1);
- Conselho superior da câmara de comércio (1);
- Ordem dos contabilistas e auditores (2);
- Banco de Cabo Verde (1);
- Tribunal de contas (1);
- Instituições de ensino superior em contabilidade (3);
- Ordem dos economistas (1);
- Associação nacional dos municípios (1);
- Bolsa de valores de Cabo Verde (1).

Após a nomeação dos representantes de cada instituição, esses têm um mandato de três anos, que pode ser renovado. No caso do presidente e do seu substituto não é permitido mais de três mandatos consecutivos.

4.4.2 Estrutura Conceptual³

A Estrutura Conceptual (EC) entrou em vigor com a entrada em vigor do Decreto-Lei que aprovou o SNCRF, uma vez que este é parte integrante do novo Sistema normativo. É um documento autónomo, proposto pela CNNC e publicado no Boletim Oficial, por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área das finanças. Destina a enunciar as grandes linhas orientadoras do Sistema em geral e em particular das NRF.

Este tem o objetivo de servir como linha orientadora na elaboração e aplicação das normas de relato financeiro. E ajudar na elaboração e interpretação dos fatos das demonstrações financeiras.

Em Cabo Verde seguem-se as diretrizes do IASB. A EC do SNCRF assim como a do IASB atende, ao regime de acréscimo e a continuidade. O primeiro as transações são reconhecidas quando ocorrem e não quando são recebidas ou pagas. No Brasil este princípio é denominado

³ **Fonte:** Decreto-Lei N° 5/2008, de 4 de Fevereiro de 2008.

“princípio da competência”. Enquanto que a continuidade é que a entidade continuará a funcionar no futuro previsível.

4.4.2.1 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, bem como o nome já diz, referem-se a efeitos financeiros acontecidos no passado, ou seja, não contem todas as informações que os usuários da informação necessitem para tomarem decisões. O objetivo das demonstrações financeiras descrita no parágrafo 9 do Decreto-Lei n°48/2008, é o de proporcionar informações acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões.

As entidades que estão sujeitas ao SNCRF, são obrigadas pelo Decreto-Lei n°5/2008, de acordo com o artigo 7° a apresentarem as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanços;
- Demonstração dos Resultados por Natureza;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método direto ou pelo método indireto;
- Anexo.

De entre as características qualitativas das demonstrações, encontramos quatro principais na EC, relatadas no Boletim Oficial N°48/2008, (p.24-25) que são necessariamente: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

Compreensibilidade – uma qualidade essencial da informação proporcionada das demonstrações financeiras é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes. Para este fim, presume-se que os utentes tenham um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência (...)

Relevância – para ser útil, a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.

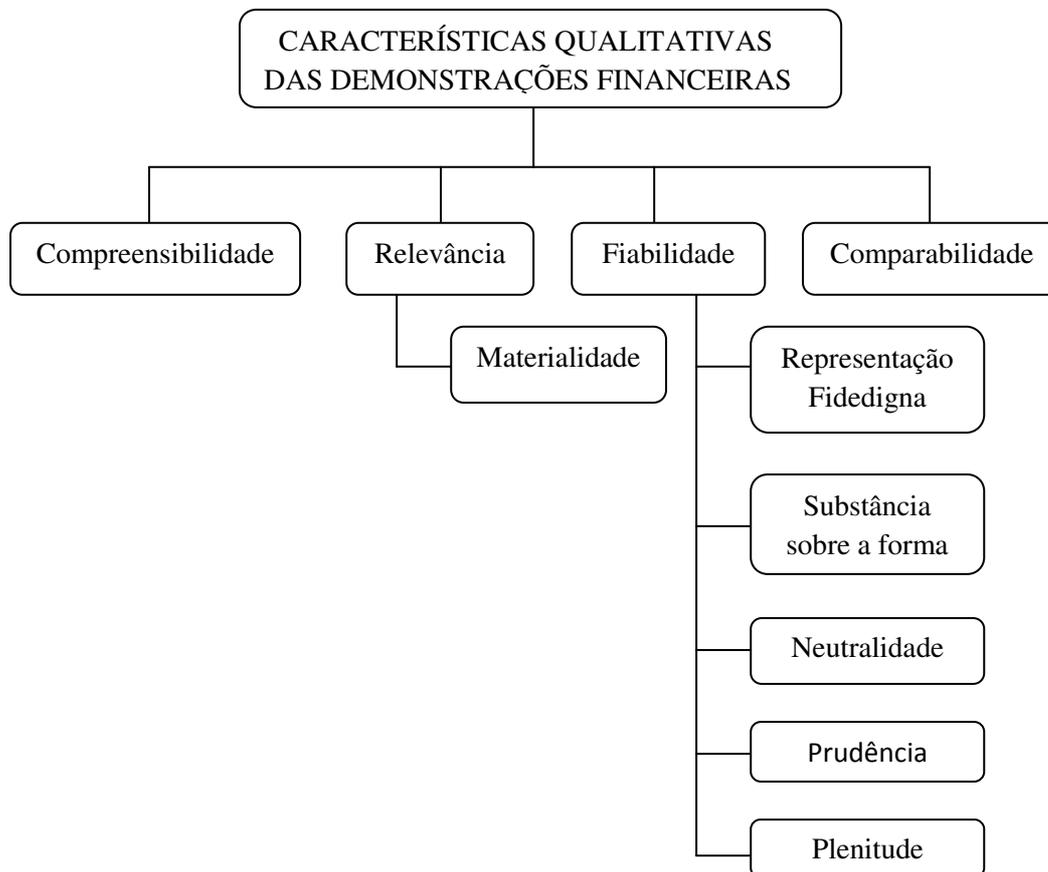
Fiabilidade – para que seja útil, a informação também deve ser fiável. A informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente.

Comparabilidade – os utentes têm de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na

sua posição financeira, no seu desempenho e das alterações na posição financeira. Os utentes têm também de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira (...)

Em resumo, encontram-se as características qualitativas assim estruturadas:

Figura 1 – Características qualitativas das demonstrações financeiras



Fonte: COSTA & ALVES, *Contabilidade Financeira*. 2013, p.159

4.4.2.2 Mensuração das demonstrações financeiras

A mensuração é um termo usado quando se quer medir, ou atribuir valor. Na contabilidade é usado para definir o valor monetário dos elementos das demonstrações.

Mensurar é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e relatados no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a seleção da base particular de mensuração. (B. O. N°48/2008, p.31)

O artigo 97 do B. O. N° 48 I Série de 29 de Dezembro de 2008 vem-nos mostrar as diferentes bases de mensuração da EC do SNCRF:

- a) Custo histórico. Os ativos são registrados pela quantia de caixa, ou equivalente de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registrados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.
- b) Custo corrente. Os ativos são registrados pela quantia de caixa ou de equivalente de caixa que teria de ser paga se o mesmo ou um ativo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registrados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.
- c) Valor realizável (de liquidação). Os ativos são registrados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa, que possa ser recorrentemente obtida ao vender o ativo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de caixa ou equivalentes de caixa que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios.
- d) Valor presente. Os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.
- e) Justo valor. Quando pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

A base de mensuração mais adotada pelas entidades na preparação das demonstrações financeiras é o custo histórico. Os elementos que compõem as demonstrações financeiras, que estão relacionados diretamente com a mensuração da posição financeira da uma entidade são os ativos, passivos e o capital próprio.

4.4.2.3 Normas *de* Relato Financeiro

Como mencionado no item 4.2.2, Cabo Verde fez uma adaptação das normas do IASB e as normas internacionais de contabilidade, num total de 25 NRF e 1 NRF-PE, levando em consideração o tecido empresarial, a dimensão e a estrutura das entidades nacionais. Portanto estes podem não atender a aspetos particulares ou situações de normalização de alguma norma internacional. O país não faz parte do IASB, portanto não é obrigatório fazer uma absorção automática das normas assim que houver alterações neste organismo. Existem dois

organismos no território Cabo-verdiano com a função de introduzir as alterações ocorridas no IASB (a CNNC e a OPACC).

O DL n°5/2008 relata que: as NRF são propostas pela CNNC e publicadas no Boletim Oficial por despacho normativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças, sendo de aplicação obrigatória a partir da data de eficácia indicada em cada uma delas.

Em seguida uma relação demonstrativa das normas de relato financeiro em Cabo Verde com os respectivos correspondentes do IAS e IFRS.

Tabela 2 – Normas de Relato Financeiro

	NORMAS DE RELATO FINANCEIRO	IAS correspondente
NRF-1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	IAS-1
NRF-2	Demonstração de Fluxos de Caixa	IAS-7
NRF-3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	IAS-8
NRF-4	Divulgações de Partes Relacionadas	IAS-24
NRF-5	Acontecimentos Após a Data do Balanço	IAS-10
NRF-6	Ativos Intangíveis	IAS-38
NRF-7	Ativos Fixos Tangíveis	IAS-16
NRF-8	Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS-5
NRF-9	Loações	IAS-17
NRF-10	Propriedades de Investimento	IAS-40
NRF-11	Custos de Empréstimos Obtidos	IAS-23
NRF-12	Agricultura	IAS-41
NRF-13	Inventários	IAS-2
NRF-14	Contratos de Construção	IAS-11
NRF-15	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	IAS-20
NRF-16	Instrumentos Financeiros	IAS-32 IAS-39 IFRS-7

NRF-17	Imparidade de Ativos	IAS-36
NRF-18	Rédito	IAS-18
NRF-19	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS-7
NRF-20	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	IAS-21
NRF-21	Benefícios dos Empregados	IAS-19
NRF-22	Impostos sobre o rendimento	IAS-12
NRF-23	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associados	IAS-28 IAS-31
NRF-24	Concentrações de Atividades Empresariais	IFRS-3
NRF-25	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS-27

Fonte: ALMEIDA – Sistema Normalização Contabilística e Relato Financeiro (2008, p.18)

Em Cabo Verde não fez uma convergência ou adaptação de todas as normas, pois atende a aspetos particulares do país. Normas sem expressão na economia cabo-verdiana, ou que se sentiu serem inexistentes não foram adaptadas pelo sistema. Essas não são traduzidas pelos motivos expostos acima, são endossadas. E desde a criação do SNCRF, não se tem verificado qualquer adaptação de normas.

Em seguida uma lista de normas que o SNCRF não contempla:

- IAS 14 – Relatórios por Segmento;
- IAS 26 – Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma;
- IAS 29 – Relato Financeiro em Economia Hiperinflacionárias;
- IAS 33 – Resultados por Ação;
- IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar;
- IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- IFRS 2 – Pagamento com Base em Ações;
- IFRS 4 – Contratos de Seguro;
- IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais;
- IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

O Brasil ao contrário de Cabo Verde que fez uma adaptação das normas, este fez uma adoção das normas internacionais.

De entre as normas adaptadas pelo SNCRF, temos a NRF-PE. Esse regime para as pequenas entidades (REPE) baseado no exposto do anexo I do DL n°5/2008, é composto por uma

norma de relato financeiro especialmente preparada para as pequenas entidades (NRF-PE) e não tem a obrigação de preparar nem de divulgar todas as demonstrações financeiras, por exemplo a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração da variação dos capitais próprios, como mencionado no item 4.2.2 do referido trabalho.

O regime para pequenas entidades é obrigatório para as entidades desse conjunto (pequenas entidades) que não optarem para o total das NRF adaptadas pelo SNCRF. No parágrafo 4.3 do anexo I do mesmo DL temos que:

Sempre que a NRF-PE não responda a aspectos particulares de transações ou situações, que se coloquem a data entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

- Às NRF e as NI;

- Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas inter-prestações SIC-IFRIC.

O regime especial para pequenas entidades não constava no plano antigo, PNC. Como bem foi mencionado anteriormente, este plano era bastante limitado, assim como não constava uma estrutura conceptual.

A adoção pela primeira vez do SNCRF

O SNCRF entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. As empresas, na adoção pela primeira vez, além das demonstrações daquele ano tinham que apresentar demonstrações financeiras com dados do ano anterior como demonstrações financeiras comparativas. Não obstante em nível de software de contabilidade que não houve alterações em tempo útil, originando atrasos nos trabalhos contábeis, houve empresas que com muito esforço deram conta de resolver os problemas, mas as de grande porte em que os software são mais complexos, esses tiveram um adiamento de um ano, na implementação do SNCRF, porém este adiamento não foi generalizado, por motivos que não foram especificadas. O fisco, como bem relata o primeiro Entrevistado – E1, “foi tolerante em aceitar, por exemplo, no primeiro ano de aplicação do SNCRF, que as empresas apresentassem demonstrações financeiras sem os dados do ano anterior (demonstrações financeiras não comparativas).”

Temos dois pontos importantes que estão explícitos no anexo II do DL n°5/2008, em relação à preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, e as entidades que estão pela primeira vez a utilizar o SNCRF, estes devem assegurar que a informação divulgada nas devidas demonstrações: “seja transparente para os utentes e comparável em todos os períodos apresentados; proporcione um ponto de partida conveniente para a contabilização e posterior relato financeiro segundo o SNCRF.”

4.5 Diferenças Comparativas do PNC – SNCRF⁴

Com a entrada em vigor do SNCRF, houve contas com novas terminologias e algumas novas contas. Neste tópico iremos apresentar um comparativo das contas SNCRF com relação às contas do PNC.

Vale ressaltar que são apresentadas aqui algumas das contas.

Tabela 3 – Visão Comparativa do Plano Atual vs Antigo

Conta	SNCRF – nome da conta	Conta	PNC – nome da conta
<u>Classe 1</u>		<u>Classe 1</u>	
1	Meios Financeiros	1	Meios Monetários
11	Caixa	11	Caixa
12	Depósito à Ordem	12	Depósito à Ordem
13	Deposito à Prazo	14	Depósito à prazo
14	Outros Depósitos Bancários	---	---- ⁵
15	Instrumentos Financeiros	---	----
<u>Classe 2</u>		<u>Classe 2</u>	
2	Contas a Receber e a pagar	2	Terceiros e Antecipações
23	Financiamentos Obtidos	23(Parte)	Empréstimos Concedidos e Obtidos
26	Outras Contas a Receber e a pagar	26	Outros Devedores e Credores
27	Pessoal	---	----
28	Diferimentos	27	Despesas e Receitas Antecipadas
29	Provisões	29(Parte)	Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos.

⁴ Fonte: Almeida, Rui M.P. – Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF – Cabo Verde.

⁵ Sem expressão no antigo sistema – PNC

<u>Classe 3</u>		<u>Classe 3</u>	
3	Inventários e Ativos Biológicos	3	Existências
31	Ativos Biológicos	---	----
32	Mercadorias	32	Mercadorias
		311	Compras/ Mercadorias
33	Produtos Acabados e intermédios	33	Produtos Acabados e semiacabados
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
		312	Compras/Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.
37	Outros produtos de consumo	---	---
<u>Classe 4</u>		<u>Classe 4</u>	
4	Investimentos	4	Imobilizações
41	Investimentos Financeiros	41	Investimentos Financeiros
		49	Provisão para imobilizações financeiras
42	Propriedades de Investimentos	---	----
43	Ativos Fixos Tangíveis	42	Imobilizações Corpóreas
		48	Amortizações e reintegrações acumuladas
44	Ativos Intangíveis	43	Imobilizações Incorpóreas
		48	Amortizações e reintegrações acumuladas
<u>Classe 5</u>		<u>Classe 5</u>	
5	Capital Próprio	5	Capital, Reservas e Resultados Transitados
52	Ações (quotas) próprias	413	Participações de capital na própria empresa
55	Ajustamentos em ativos financeiros	---	----
56	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	57	Reservas de reavaliação de imobilizações
57	Outras variações de capital próprio	---	----
58	Reservas	55	Reservas legais e estatutárias
		56	Reservas especiais
		58	Reservas livres
		59	Resultados transitados

59	Resultados	88	Resultados líquidos
		89	Dividendos antecipados
Classe 6		Classe 6	
6	Gastos	6	Custos por natureza
64	Gastos depreciação e de amortização	68	Amortizações e reintegrações do exercício
66	Perdas por reduções de justo valor	68	Amortizações e reintegrações do exercício
		694	Para imobilizações financeiras
69	Perdas de financiamento	66(parte)	Despesas financeiras (parte)
Classe 7		Classe 7	
7	Rendimentos	7	Proveitos por natureza
		C82	Ganhos Extraordinários
		C83	Ganhos Exercícios Anteriores
71	Vendas	71	Vendas mercadorias e produtos
73	Trabalhos para a própria entidade	73	Trabalhos para a própria empresa
74	Subsídios à exploração	74	Subsídios destinados à exploração
76	Reversões	824	Reposições e anulações de provisões
		834	Excessos de Provisões Tributadas
		835	Excessos de amortizações e reintegrações
79	Ganhos de financiamentos	76(Parte)	Receitas financeiras correntes
		77	Receitas de aplicações financeiras

Fonte: ALMEIDA, Rui M.P. – SNCRF – Cabo Verde

Fica indispensável ressaltar que a numeração das contas faz parte da identificação das mesmas.

A classe 1 que antes era denominado de Meios Monetários passa para Meios Financeiros, onde houve a inclusão de mais duas outras contas que antes não tinha expressão no PNC, que são: a conta 14 outros depósitos bancários e a conta 15 instrumentos financeiros. Das normas adaptadas pelo sistema as que mais influenciam no movimento desta classe, temos as NRF 2, 16 e a 20.

A classe seguinte passa de Terceiros e Antecipações para Contas a receber e a pagar. A conta 23 do SNCRF é apenas parte da conta 23 do PNC, principalmente no que tange a empréstimos bancários e financiamentos obtidos no capital. Já a conta 26 apenas mudou a

nomenclatura. A conta “Pessoal” do atual sistema passa a ser apenas uma conta abrangente de todas as operações com pessoal, que antes não tinha qualquer referencia no PNC. A conta 29 é parte, pois além das provisões de risco e encargos, incluía imparidades de contas a receber, que atualmente temos a conta 29 só como provisões.

Normas referentes à classe 3 temos NRF 11, 12, 13 e 19. Uma das importantes alterações aqui é a terminologia da classe, de Existências para Inventários e Ativos Biológicos. Esses ativos biológicos por sua vez compõem a criação da conta 31, que anteriormente no PNC estava diluído no conceito de existência. Temos ainda, a inclusão da conta 37.

Nessa classe 4 temos contas de investimentos. Passa de Imobilizações do PNC para Investimentos no SNCRF, assim como um ponto importante que são as expressões corpóreas e incorpóreas que passaram a tangíveis e intangíveis sucessivamente. A conta 42 antes não tinha expressão no PNC, este só ganhou a tal devido a norma que regula este tipo de ativo, NRF 10. Encontra-se ainda mais este conjunto de norma com influencia nesta classe: NRF 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 17, 19, 23, 24.

A classe 5 atualmente Capital Próprio, antes Capital, Reserva e Resultados Transitados, tem um conjunto de 11 NRF que tem influencia na sua movimentação. São elas: NRF 3, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 25. Tivemos inclusão de duas novas contas, a 55 e 57.

A segunda mais influenciada pelas NRF com um total de 22, é a classe 6, que faz parte da composição das demonstrações de resultados. O termo Custos no PNC, no SNCRF passa a Gastos tendo este duas especificações. Uma para “custos e perdas” e outra para especificamente “custos”.

Já a classe 7 totaliza com 23 NRF com influencia na movimentação da classe, com exceção das NRF 2 e 11. A conta 79 do SNCRF não substitui por completo as contas 76 e 77 do PNC. Importante ver que “ganhos extraordinários C82” não existe numa conta especifica no SNCRF, pois algumas das rubricas como tal, foram todas incluídas na conta 79 do SNCRF.

4.6 Inovações e Atualizações

Cabo Verde foi colônia de Portugal. Por um bom tempo a própria contabilidade teve uma forte ligação com a contabilidade portuguesa, isso da aprovação em 1984 do PNC até a aprovação do novo sistema em 2008.

Como mencionado anteriormente o SNCRF é uma adaptação das normas do IASB, portanto este não tem qualquer laço com o PNC e nem com o sistema português que esteve na sua origem.

De entre as inovações com a implementação do SNCRF temos:

Novos conceitos de ativo e passivo; A valorização dos ativos pelo “justo valor” que, no entanto exige um maior grau de conhecimento da atividade das empresas às quais se dedicam; Mudança de filosofia de base no reporte de informação financeira; O SNCRF é mais exigente em termos de reporte financeiro, pois é exigido mais detalhe prestação de informação quantitativa e qualitativa por parte das empresas; Exigência de comparabilidade de informações; e assenta-se mais em princípios que em regras o que o torna suficientemente abrangente diminuindo a possibilidade de construção de realidades com o objetivo único de contornar as regras concretas de contabilização e relato. (Entrevistado 6)

SNCRF é mais baseado em princípios do que em regras; Introdução de uma estrutura conceptual no SNCRF; Na SNCRF o Anexo assume um papel muito mais importante, incluindo mais informações e de forma mais detalhada; Prioridade à utilização do justo valor na mensuração dos alguns elementos patrimoniais; No capital próprio passa a constar apenas o capital integralmente realizado; Mudança em termos de terminologia (ex. “Custos e proveitos” passou-se a designar “gastos e rendimentos” respectivamente; imobilizado corpóreo e incorpóreo” passou-se a chamar inventários; reavaliação, passou-se a revalorização; reintegração passou-se a depreciação, etc). (Entrevistado 2)

No SNCRF deixou de existir a classe 8 que antes era referente só a resultados. Assim como temos algumas terminologias que foram inovadas em alguns casos. Os ativos que antes eram denominados de curto e longo prazo passa a designação de corrente e não corrente, no Brasil é o mesmo que circulante e não circulante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos desenvolvimentos ocorridos nas várias áreas em Cabo Verde nos últimos anos, a contabilidade uma delas, este estudo teve como objetivo desdobrar sobre o processo de adoção e implementação das normas contábeis internacionais ocorridas em Cabo Verde, com a adoção do SNCRF.

Como bem se percebeu, não havia no ambiente contábil cabo-verdiano um quadro conceptual e nem normas escritas, e sim princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, resultados das práticas quotidianas dos profissionais baseado nos princípios básicos de contabilidade. A introdução de uma estrutura conceptual com a adoção do SNCRF melhorou muito os aspetos conceptuais da contabilidade nacional, e esta adoção aproximou e tanto a contabilidade do país com as normas internacionais de relato financeiro – IFRS.

Em termos de estrutura, conclui-se que o SNCRF atualmente em vigor é muito mais estruturado, possibilitando uma melhor eficiência económica, pois satisfaz as necessidades que se possa colocar economicamente, entre outras vantagens.

Mesmo não sendo de aplicação geral (temos o caso dos organismos do estado, nota-se, não são empresas do estado), a adoção do SNCRF que é uma adaptação das normas internacionais, foi um grande avanço no processo de normalização contábil de Cabo Verde

Relativamente ao processo de transição nas empresas, este decorreu normalmente, graças às várias formações que os profissionais foram alvos. Quanto à questão das contas, principalmente as que deixaram de existir com o novo normativo, finaliza-se que este não é uma questão muito relevante uma vez que o plano de contas do PNC estava fora da realidade das normas internacionais de contabilidade.

Entre as limitações desta pesquisa, ressalta-se a dificuldade de entrevistar empresas de grande porte, que talvez pudessem ter uma percepção diferente dos que foram entrevistados.

Analisando as entrevistas identificou-se algumas respostas compatíveis com as descritas na legislação, o que dificultou um pouco a discrição da visão dos entrevistados quanto ao novo sistema. Por outro lado isso desencadeou interesses para possíveis pesquisas. Como sugestão recomenda-se uma pesquisa na área da contabilidade pública em Cabo Verde após a implementação do novo sistema.

Por conversas tidas informalmente, a implementação do novo normativo trouxe benefícios a todos. Mas percebemos que as pessoas são muito apegadas ao passado, ou seja, sabem que existe o novo normativo em vigor por tanto apresentam os documentos de acordo com o SNCRF, mas na prática o pensamento ainda ronda um pouco o PNC. O país possui o próprio normativo, aplicado à sua realidade empresarial, o que deixa claro a total independência contábil, uma vez que antigamente a contabilidade de Cabo Verde dependia de Portugal.

REFERÊNCIAS

Livros:

ALMEIDA, Rui M. P. – **O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro – SNCRF** – Cabo Verde: Edições Técnicas, 2009.

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo; RODRIGUES, Rogério. – **elementos de contabilidade geral**. – 20.ed. – Áreas editora, 2002.

COSTA, Carlos Baptista da; ALVES, Gabriel Correia – **Contabilidade Financeira**. – 8.ed. – Letras e Conceitos, Lda, 2013.

GUIMARÃES, Marcos Freire – **Contabilidade Geral** – 9.ed. – Brasília : Vestcon, 2001.

MARION, José Carlos – **Contabilidade Básica** / José Carlos Marion. – 6.ed. – São Paulo : Atlas, 1998

NIYAMA, Jorge Katsumi – **Contabilidade internacional** / Jorge Katsumi Niyama. – 1.ed. – 7. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. – **Teoria da Contabilidade**. – 2.ed. – São Paulo : Atlas, 2011.

PFALTZGRAFF, Rogério – **Aspectos Científicos da Contabilidade**, 1966.

Outras Fontes:

BOLETIM OFICIAL. I SÉRIE – Nº 5 SUP. “B. O.” DA REPÚBLICA DE CABO VERDE – 30 DE JANEIRO DE 2006.

BOLETIM OFICIAL. I SÉRIE – Nº 5 “B. O.” DA REPÚBLICA DE CABO VERDE – 4 DE FEVEREIRO DE 2008.

BOLETIM OFICIAL. I SÉRIE – Nº44 “B. O.” DA REPÚBLICA DE CABO VERDE – 1 DE DEZEMBRO DE 2008.

BOLETIM OFICIAL. I SÉRIE – Nº48 3º SUP. “B. O.” DA REPÚBLICA DE CABO VERDE – 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

FREIRE, Mac Daves de Moraes; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; MACHADO, Lúcio Souza; SOUZA, Emerson Santana; DE OLIVEIRA, Johnny Jorge. – **Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras.** – vol.6 n.15 – Revista de Contabilidade e Organizações, 2012. Disponível em:

[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Freire Machado Machado Souza Oliveira 2012 Adere ncia-as-normas-internacio 8539%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Freire%20Machado%20Souza%20Oliveira%202012%20Adere%20ncia-as-normas-internacio%208539%20(1).pdf) acesso em 14/05/2014.

GUIMARÃES, Leda Maria; PALÚCIO, Natália Figueiredo. – **O Profissional Contábil Diante da Convergência das Normas Contábeis,** 2011. Disponível em: http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/11/36.pdf acesso em 14/05/2014.

ROGRIGUES, Jomar Miranda. – **Convergência Contábil Internacional: Uma Análise da Qualidade da Informação Contábil em razão da Adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade Editados pelo IASB.** 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília – UnB.

SILVA, Anastácio Teodoro de Oliveira – **Evidenciação de uma empresa no exterior/estudo de caso – Cabo Verde Telecom, S.A – Portugal Telecom SGPS, S.A.,** 2005. Disponível em <http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/157/1/Anastacio%20Silva.pdf> acesso 16/04/2014.

Sites na Internet:

ALFAIATE, Luísa Isabek Nabais. – **O Impacto das IFRS na Relevância da Informação Contabilística.** Lisboa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5225/1/DM-LINA-2012.pdf> 30/05/2014.

BARBOSA, Lucio Ferreira. – **As IFRS e o Gerenciamento de Riscos.** Artigos – Economia e Finanças, 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/as-ifrs-e-o-gerenciamento-de-riscos/65773> acesso 31/05/2014

BLANCHETTE, Michel; RACICOT, François-Éric; SEDZRO, Komlan. – **IFRS Adoption in Canadá: an Empirical Analysis of the Impact on Financial Statements.** Certified General

Accountants Association of Canada, 2013.
Disponível em: http://www.cga-canada.org/en-ca/ResearchReports/ca_rep_2013-10-03_IRFS.pdf acesso 30/05/2014

CALIXTO, Laura. – **Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, 2010.
Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/819>
acesso 31/05/2014.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. – **A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade.** – Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília, 2012.
Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/482/pdf> acesso 28/05/2014

IFRS – **Fundação IFRS** – Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) – 2013.
Disponível em: <http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/2013/Who-We-Are-Portuguese-2013.pdf> acesso em 28/05/2014

MACIEL, Cleber Pereira; VIDAL, Anderson de Castro; VIDAL, Vanessa de Castro Ferreira. **Contabilidade Internacional: Estudo dos Resultados dos Demonstrativos Contábeis Segundo Normas Americanas, Brasileiras e Internacionais de uma Empresa no Setor de Siderurgia.** – 2011 –
Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3268.pdf acesso em 15/04/2014.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinicius A.; MARTINS, Eric A. – **Normalização Contábil: Ensaio Sobre sua Evolução e o Papel do CPC.** – 2007 – Revista de Informação Contábil.
Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/19/3> acesso em 15/04/2013

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – **DREA.** Disponível em http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL_047_77.htm acesso em 19/04/2014

MIRANDA, Vanessa Lopes. – **Impacto das IFRS (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS) em Indicadores Econômico-Financeiros de Bancos de alguns Países da União Européia.** – São Paulo, 2008.
Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dissert_Vanessa_Lopes.pdf acesso 28/05/2014.

MOAF – **Mapa de Origem e Aplicação de Fundos.** In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2014. (consultado 17/04/2014).
Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$moaf-mapa-de-origem-e-aplicacao-de-fundos](http://www.infopedia.pt/$moaf-mapa-de-origem-e-aplicacao-de-fundos) acesso em 17/04/2014.

SANTOS, Edilene Santana. – A Adoção de Novo Padrão Internacional Contábil. – **Impacto Total da Adoção do IFRS nos Resultados das Empresas Brasileiras de Capital Aberto.** – 2011.

Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/gvp/adocao-de-novo-padrao-internacional-contabil> acesso em 28/05/2014

SILVA, Tatiane Moraes da; NAKAO, Sílvio Hioshi. – **Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas de setores e sistemas jurídicos diferentes.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/927/pdf105> acesso 31/05/2014.

THOMAZ, João Luis Peruchena; ROJAS, José Moreno; ALBERTON, João Rafael; LOPES, João Cleber de Souza. – Processo de Convergência Contábil nos Países do Mercosul e Comunidade Andina. 2013.

Disponível em: http://www.ccontabeis.com.br/XIV_conv/TC10.pdf acesso 28/05/2014.

WELLS, Jefferson. – **IFRS EUA.** Artigos – Convergência, 2013. Disponível em: <http://ifrsusa.wordpress.com/2013/04/10/will-ifrs-be-mandated-under-new-sec-chair-white> acesso 31/05/2014.

PORTON DI NOS ILHA. – Extensão e relevo de Cabo verde, disponível em: https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=109&p_item=309 acesso em 30/03/2014.

PORTON DI NOS ILHA. – Historia Cabo Verde, disponível em: https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=28&p_menu=20&p_item=69 acesso em 30/03/2014.

História Cabo Verde, disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Cabo_Verde acesso em 01/04/2014.

Localização de Cabo Verde, disponível em <http://www.guiadecaboverde.cv/index.aspx?menuid=17&lang=P> acesso em 30/03/2014

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da Entrevista

Como parte do trabalho de conclusão do curso em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília – UnB, Brasil, pretendemos realizar uma pesquisa sobre a implementação do novo Sistema de Contabilidade e Relato Financeiro (SNCRF) em Cabo Verde, por conseguinte, pedimos sua colaboração em responder este questionário. Torna-se necessário o esclarecimento de que toda e qualquer informação fornecida será de uso exclusivo no âmbito acadêmico, portanto os resultados serão sigilosos.

ROTEIO DE ENTREVISTA

- 1 – Quais as inovações que o SNCRF trouxe com relação ao PNC? Como foi o processo de implementação do novo plano?
- 2 – Cabo Verde adota as normas internacionais de contabilidade. Como é o processo de atualização das normas? Elas são traduzidas ou endossadas?
- 3 – Existe alguma norma que não foi adotada? Qual a razão disso?
- 4 – Como foi a disseminação/processo do sistema, nas empresas?
- 5 – Quais foram os principais efeitos do SNCRF nas empresas Cabo-verdianas?
- 6 – Quais foram as dificuldades das pequenas e grandes empresas em aderir ao novo plano? Nas grandes empresas, quais foram os impactos da mudança, uma vez que houve a extinção de várias contas (como o caso de custos plurienais)? Qual foi o tratamento dado a essas informações?
- 7 – Quais as vantagens com a adoção do sistema? E as desvantagens?
- 8 – Com essa passagem, qual o tratamento dado às contas relacionadas á contabilidade tributaria?
- 9 – Qual é a principal lacuna que o SNCRF preencheu com relação ao PNC?
- 10 – Quais as dificuldades encontradas em nível de software de contabilidade? Como é que foi feito a conversão?

11 – O SNCRF, sendo obrigatório para todas as empresas, não é de aplicação geral. Por quê? As instituições que não constituem empresa (como é o caso das Câmaras Municipais, Ministérios, Cooperativas, Igrejas, o que aplicam, existe algum plano de contabilidade específico para tais?

12 – No plano antigo a contabilidade do país dependia de Portugal. Ainda existe essa dependência ou existe atualmente independência?